

disciplina LES 521  
Antropologia da Alimentação

massimomontanari

# comida com cultura

tradução Letícia Martins de Andrade

M. Elisade Garavello

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Montanari, Massimo, 1949-  
Comida como cultura / Massimo Montanari ; tradução de  
Letícia Martins de Andrade. – São Paulo : Editora Senac São  
Paulo, 2008.

Título original: Il cibo come cultura.

ISBN 978-85-7359-768-4

1. Alimentos – História 2. Hábitos alimentares – História I. Título.

08-10944

CDD-641.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Alimentação : Aspectos culturais e  
históricos 641.3
2. Alimentos : Aspectos históricos e  
culturais 641.3



## **natureza e cultura**

“[...] e o homem criou suas plantas e seus animais”: assim se intitula um livro de Edward Hyams dedicado à invenção da agricultura e das práticas de domesticação. Se às primeiras sociedades de caçadores e coletores bastava o aproveitamento dos recursos naturais, o crescimento da população e a necessidade de conseguir maior quantidade de comida pouco a pouco originaram sociedades diversas, dedicadas à agricultura e ao pastoreio, que produziã a própria comida selecionando os recursos disponíveis e intervindo de maneira mais ativa nos equilíbrios ambientais. Essa passagem da economia de predação para a economia de produção representou uma mudança decisiva na relação entre homens e território e na cultura dos homens. Isso, contudo, não excluiu, por longo tempo, formas “mistas” de

aprovisionamento alimentar que duraram milênios, mesmo depois da introdução das práticas agrícolas na idade neolítica. Além disso, os dois modelos continuaram a constituir, também em época histórica, dois modos diversos de entender a relação entre homem e meio ambiente, pólos extremos de uma dialética de múltiplas implicações materiais e simbólicas que, de alguma forma, chegou até nós.

O ponto de vista do qual partimos hoje pode induzir a erro: o homem da civilização industrial e pós-industrial tentou reconhecer a "naturalidade" fundamental das atividades agrícolas, que consideramos "tradicionais" em relação à nossa experiência e por isso somos levados a interpretar como "originárias" e "arcaicas". Em relação à revolução produtiva induzida pelo advento da indústria na era contemporânea, isso pode ser em parte justificado: todavia, a invenção da agricultura foi percebida pelas culturas antigas de modo exatamente contrário. A perspectiva mental dos antigos colocou a agricultura como o momento de ruptura e inovação, como o salto decisivo que constrói o homem "civil", separando-o da natureza, ou seja, do mundo dos animais e dos "homens selvagens" (personagens enigmáticos que voltarão freqüentemente nas lendas e nas tradições populares, ao longo de toda época histórica até os nossos dias). O fato é que a domesticação das plantas e dos animais de certo modo permite ao homem tornar-se dono do mundo natural, declarar-se fora da relação de dependência total em que

sempre viveu (ou melhor, imaginava ter sempre vivido: porque também o aproveitamento do território por meio das atividades de caça e coleta exige um saber fazer, um conhecimento, uma *cultura*). Essa ruptura é representada de modo exemplar pela mitologia de muitos povos que se tornaram agricultores sedentários. Nas lendas, nos contos, nos mitos de fundação, eles representaram a invenção da agricultura como um gesto de violência feito à mãe terra, ferida pelo arado, perturbada pelas obras de irrigação e pelos trabalhos de organização agrária: daí os rituais de fecundidade, que tinham ainda a finalidade, implícita ou explícita, de expiar uma sensação de culpa.

A agressividade fundamental do gesto aparece confirmada no plano histórico pelo caráter fortemente expansivo das sociedades agrícolas, que tendem a instaurar mecanismos de crescimento demográfico desconhecidos dos povos de caçadores e coletores: enquanto estes últimos (como demonstram os estudos de etnógrafos realizados sobre grupos remanescentes desse tipo, por exemplo, os pigmeus africanos) observam um rigoroso controle de natalidade para manter estável a densidade da população, que, em caso de crescimento, não poderia sobreviver com aquele tipo de economia, os povos agricultores, ao contrário, desenvolvem, com o sedentarismo, uma tendência ao crescimento e à conquista de novos espaços para cultivar. Por isso, os estudos mais recentes consideram provável que a difusão da agricultura não tenha acontecido em mais lugares contemporaneamente, mas seja,

em vez disso, fruto (como demonstram indícios arqueológicos, lingüísticos e genéticos) da expansão de grupos humanos a partir de um núcleo territorial bem definido, situado nos planaltos do Oriente Próximo e Médio, o chamado “Crescente Fértil”. Aí nasceu a agricultura, há cerca de 10 mil anos, conquistando pouco a pouco os territórios da Ásia centro-oriental (há 9 mil anos) e da América, unida então à Ásia no ponto do atual estreito de Bering (8 mil anos atrás). Na direção oposta, foi colonizada a Europa (entre 8 e 6 mil anos atrás). Sobre as razões para tudo isso, as idéias dos estudiosos são bastanteconcordantes: a invenção da agricultura deve ter sido fundamentalmente uma questão de necessidade, ligada ao crescimento demográfico e ao fato de que a economia de caça e coleta não fosse mais suficiente, talvez por causa das mudanças climáticas e ambientais que tinham esgotado as zonas florestais. Depois, o mecanismo demográfico começou a crescer.

Entre as plantas, foram selecionadas as mais produtivas e nutritivas, e sobretudo os cereais receberam atenção privilegiada. Cada região do mundo elegeu seu cereal preferido: o trigo se difundiu na região mediterrânea, o sorgo no continente africano, o arroz na Ásia, o milho na América. Em torno dessas plantas – verdadeiras “plantas de civilização”, como as definiu de modo feliz o historiador francês Fernand Braudel –, organizou-se toda a vida daquelas sociedades: relações econômicas, formas de poder político, imaginário cultural, rituais religiosos (des-

tinados a assegurar a fertilidade da terra e a abundância de alimento). A própria invenção da cidade, percebida pelos antigos como lugar por excelência da evolução civil (como mostra a coincidência semântica, em latim, entre *civitas* e *civilitas*, “cidade” e “civilização”), não seria possível sem o desenvolvimento da agricultura, seja sobre o plano material (o acúmulo de bens, riquezas, tecnologias), seja sobre o plano mental (a idéia de que o homem se torna senhor de si e se separa da natureza, construindo um espaço *seu* para habitar). Nesse processo de evolução, as sociedades humanas não se adequaram simplesmente às condições impostas pelo ambiente. Modificaram-nas vez ou outra, também de modo profundo, introduzindo culturas fora das áreas originárias e transformando a paisagem em função disso. Basta pensar na cultura do arroz no nordeste da Ásia ou na viticultura na Europa centro-setentrional – um verdadeiro desafio tecnológico diante das condições ambientais, iniciado na Idade Média e que continuou na Idade Moderna.

É nesse contexto cultural que as primeiras sociedades agrícolas, também enraizadas nos ritmos naturais e no ciclo das estações, elaboram a idéia de um “homem civil” que constrói *artificialmente* a própria comida: uma comida não existente na natureza que, justamente, serve para assinalar a diferença entre natureza e cultura, serve para distinguir a identidade das bestas daquela dos homens. Na região mediterrânea – a área do trigo –, é o pão que desenvolve essa fundamental função simbólica, além de

nutricional: o pão não existe na natureza, e somente os homens sabem fazê-lo, tendo elaborado uma sofisticada tecnologia que prevê (desde o cultivo do grão até a preparação do produto final) uma série de operações complexas, fruto de longas experiências e reflexões. Por isso, o pão simboliza a saída do estado bestial e a conquista da “civilização”. Nos poemas homéricos, a *Ilíada* e a *Odisseia*, a expressão “comedores de pão” é sinônimo de “homens”. Analogamente, na epopéia de Gilgamesh – o primeiro texto literário conhecido, escrito na Mesopotâmia há cerca de 4 mil anos –, conta-se que o homem “selvagem” saiu de seu estado de minoria somente no momento em que soube da existência do pão. Quem o mostra aos homens é uma mulher, aliás, uma prostituta; assim se atribui à figura feminina o papel de guardiã do saber alimentar, além da sensualidade, o que, por outro lado, parece corresponder à realidade histórica: os estudiosos são unânimes ao admitir a primazia feminina na observação e na seleção das plantas que acompanhou o surgimento da agricultura ao redor das primeiras aldeias. Papéis simbólicos idênticos revestem o vinho e a cerveja, bebidas fermentadas que, como o pão, não existem na natureza, mas representam o resultado de um saber e de uma tecnologia complexa: o homem aprendeu a dominar os processos naturais, utilizando-os em benefício próprio.

O que chamamos de *cultura* coloca-se no ponto de intersecção entre tradição e inovação. É tradição porque constituída pelos saberes, pelas técnicas, pelos valores que

nos são transmitidos. É inovação porque aqueles saberes, aquelas técnicas e aqueles valores modificam a posição do homem no contexto ambiental, tornando-o capaz de experimentar novas realidades. Inovação bem-sucedida: assim poderíamos definir a tradição. A cultura é a interface entre as duas perspectivas.

## **natureza também é cultura**

No desenvolvimento histórico das sociedades humanas, a economia “doméstica” baseada na agricultura e no pastoreio se contrapõe à economia “selvagem” de apropriação da comida: criar animais ou caçá-los, cultivar os frutos ou apanhá-los em estado selvagem. Sob esse ponto de vista, a contraposição entre os dois modelos alimentares abrange tanto o reino animal quanto o vegetal. Mas uma segunda oposição, paralela à primeira, é aquela entre sedentarismo e nomadismo. E, sob esse ponto de vista, a perspectiva muda, porque o pastoreio e a caça, ambos praticados nos espaços não cultivados e de bosque, acabam por aproximar-se como tipologia econômica (e, por assim dizer, ecológica), opondo-se amplamente à imagem sedentária do cultivo agrícola. Nesse sentido, a dialética cultivos–flores-

ta, que materializa o contraste cultura–natureza, tende a opor plantas e animais, produtos vegetais e produtos à base de carne (ou de origem animal, como os laticínios). Nas sociedades agrícolas e sedentárias, os principais mitos de fertilidade e os rituais que os acompanham têm como protagonistas os cereais e os ciclos das estações do ano. Recordemos a história de Perséfone, filha de Deméter, deusa da terra e da agricultura, raptada pelo deus do mundo inferior, Hades, e devolvida à mãe com a condição de retornar para baixo da terra eternamente durante um terço do ano: história de evidente caráter propiciatório, na qual se representa a trajetória da semente de trigo, enterrada durante a estação fria até que renasça com o sopro da primavera, assegurando, com o crescimento da vegetação, alimento aos homens. Outras plantas, em outras civilizações, têm o mesmo papel: o arroz é o protagonista de muitas lendas e contos asiáticos, enquanto a mitologia dos antigos povos da América dá espaço principalmente ao milho (cuja farinha, segundo uma lenda maia, era utilizada pelos deuses para criar e modelar os homens). Também nas sociedades de caçadores e de pastores aparecem mitos e ritos de idêntico significado propiciatório, que, todavia, têm como protagonistas os animais: por exemplo, entre os povos caçadores da Europa e da Ásia havia o costume de recolher os ossos dos animais mortos (ursos, renas, cervos), evitando que se quebrassem ou se perdessem; eles eram depois sepultados junto com a pele, considerando que, se permaneces-

sem intactos, a alma retornaria junto dos ossos do animal, fazendo-o renascer. O mito da prodigiosa regeneração dos animais está presente também nas lendas germânicas, onde encontramos o “grande porco” (antagonista virtual da grande mãe terra), que, na corte de Odin, basta para nutrir todos os heróis mortos em batalha, uma vez que “todo dia é cozido e distribuído para a refeição, e de noite está novamente inteiro” – assim narra “Edda”, o mais antigo poema escandinavo, escrito na Idade Média, mas expressão de uma cultura muito mais antiga, transmitida oralmente.

Esses exemplos ensinam que a contraposição entre cultura e natureza é, em grande parte, fictícia. O homem “civil” se auto-representa fora da natureza, mas a própria natureza se torna, na experiência histórica, um modelo cultural consciente, uma escolha intelectual alternativa à da cultura. Isso vale não apenas para as épocas mais remotas, que produziram os mitos e os ritos que acabamos de mencionar, mas também na história recente: na Idade Média européia, a dinâmica selvagem–doméstico alimenta um contínuo debate sobre os modos de produção e as escolhas de vida que subentendem. Em particular, é muito forte a contraposição entre o modelo produtivo de tradição grega e romana, baseado na agricultura, e aquele germânico, embasado no aproveitamento da floresta (coleta, caça, pastoreio). Mas é justamente na Idade Média que a relação entre aqueles dois modelos alimentares começa a mudar. Até então eles eram o símbolo de duas

civilizações diversas, que desprezavam uma à outra como inferior e “bárbara”. Quando os “bárbaros” invadiram o império e, pouco a pouco, o dominaram, tomando nas mãos as rédeas do poder, sua cultura (também alimentar) se afirmou e, por assim dizer, “virou moda”, como sempre acontece com os costumes de vida dos vencedores – ensina o *american way of life* do século XX. Caçar e pastorear nos bosques não foram mais consideradas atividades indecorosas e “incivis”, antes se tornaram o esteio de uma nova economia. Ao mesmo tempo, porém, a tradição agrícola romana também se difundiu entre os “bárbaros”, tanto pelo prestígio que, de toda forma, aquela tradição conservava quanto por meio da fé cristã, ela própria emergente e “na moda” nos primeiros séculos da Idade Média: o cristianismo, desenvolvido no âmbito cultural mediterrâneo, não por acaso assumiu como símbolos litúrgicos justamente o pão, o vinho e o óleo da tradição grega e latina. Do cruzamento desses dois percursos, que se integraram entre si, teve início, durante a Idade Média, uma nova cultura alimentar, que hoje reconhecemos como “européia”: ela colocava no mesmo plano o pão e a carne, a atividade agrícola e o aproveitamento da floresta. Daquele momento em diante, os dois modelos produtivos não eram mais símbolos de duas opções culturais diversas, mas elementos de um mesmo sistema de valores, baseado na cumplicidade e na sustentação recíproca da economia agrária e da economia florestal, dois modelos de economia que os gregos e latinos tinham con-

traposto como imagens, respectivamente, da cultura e da natureza, enquanto, na realidade, representavam duas expressões diferentes de cultura, dois modos diversos de construir a relação entre os homens e o meio ambiente. Dessa junção, derivou um regime alimentar caracterizado principalmente pela *variedade* dos recursos e dos gêneros consumidos: variedade da qual brotou a extraordinária riqueza do patrimônio alimentar e gastronômico europeu, que ainda hoje o torna único no mundo.